Para críticos da reforma trabalhista, mudança prejudica paridade

Entre os críticos da reforma trabalhista que pretende dar mais força às negociações coletivas entre empregadores e empregados, o argumento é que mudar em um momento de crise prejudicaria a paridade entre os atores da negociação. (*Leia também as reportagens Normas já permitem flexibilizar regras trabalhistas, dizem especialistas e Especialistas defendem reforma sindical antes da trabalhista , produzidas pela* ***ConJur***)

“Acho isso um ato de covardia, porque estamos vivendo uma crise que fragiliza a classe trabalhadora e a atuação sindical, no momento que o país tem 12 milhões de desempregados”, afirma **Francisco Giordani**, diretor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas e interior de São Paulo).

Giordani afirma que a base para qualquer negociação é o equilíbrio entre os negociadores, o que não existe no Brasil. “A legislação trabalhista vem justamente para suprir a deficiência do poder de fogo, vamos dizer assim, da classe trabalhadora […] As pessoas que dizem que a CLT está superada tem que ser enquadradas em duas situações: ou desconhecem ou são mal intencionadas.”

O presidente do Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), **Moacyr Tesch**, diz que o fato de os empresários não saberem negociar é um empecilho para que uma eventual reforma seja bem sucedida.

“Essa proposta do negociado sobre o legislado, especialmente no momento de crise, e num contexto de liberdade sindical mitigada em face do princípio constitucional da unicidade sindical, representam um tremendo risco de precarização. O próprio exemplo de outros países que passaram ou que estão passando por crises econômicas, como é o caso da Espanha, demonstram que nos momentos de crise é que a proteção do direito do trabalho se faz mais importante”, afirma o ministro **Lelio Bentes**, do Tribunal Superior do Trabalho.

Partindo do exemplo espanhol, o ministro explica que, no Direito Internacional, o que vigora é o princípio da norma mais favorável e que as garantias estabelecidas podem somente ser ampliadas por norma coletiva, nunca o contrário.

“No início da crise econômica espanhola a primeira iniciativa que se tomou, uma das primeiras iniciativas foi uma reforma trabalhista flexibilizando os requisitos para a demissão e o índice de desemprego continua em torno de 25% e entre jovens chega até os 50%.”

Reprodução

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Luiz de Mello Filho afirma que prestigiar negociações coletivas acabaria com caráter federal das leis do Trabalho.

Para **Luiz Philippe Vieira de Mello Filho**, que também é ministro do TST, há outro problema: com um novo modelo, pode haver a explosão de normas trabalhistas, gerando o enfraquecimento da natureza federal da lei trabalhista.

“Porque quando você fixar essa reforma do negociado sobre o legislado, corremos o risco de ter centena de milhares de legislações trabalhistas. Porque cada empresa vai querer que se constitua um sindicato e fazer um acordo para estabelecer as regras dela.”

Reprodução

Enescu diz que saída da crise não é pela flexibilização, mas pelo aumento salarial somado à capacitação profissional.

Livio Enescu, presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo, vê a fase atual como o pior momento possível para qualquer debate sobre o assunto, pois, se “passar um boi passará uma boiada”. “O momento agora é de o capital entender que agora cabe a ele o sofrimento”, diz.

Enescu destaca que a fase vivida pelo Brasil será resolvida com aumento salarial e capacitação do trabalhador, que poderá consumir mais e aprenderá a fazer isso de maneira mais consciente e qualitativa.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

O advogado cita que a China, exemplo para muitos empregadores a até pouco tempo atrás, chegou num ponto em que começa a reverter essa ideologia para melhorar a vida de seus cidadãos.

Date Created
25/07/2016

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.